



FRONTEIRA NORTE: PERSPECTIVA HISTÓRICA

Leandro Tocantins

Exposição do Procurador Leandro Tocantins, feita na 2ª Sessão do IV Seminário, "Fronteira Norte - suas Repercussões Políticas e Estratégicas", promovida pelo Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES). Transcrita do Caderno nº 5, de junho de 1984, desse Centro, constitui subsídio precioso para os estudiosos do assunto.

Belém (no Pará) e Laguna (em Santa Catarina) simbolizam os pontos extremos de um país que marcaria a presença da nação portuguesa na América do Sul. Hoje podemos localizar com precisão a Linha de Tordesilhas naquelas eras, simples ficção geográfica e política estabelecida por Espanha e Portugal, rivais na Península Ibérica, rivais nos mares, rivais nos descobrimentos, rivais na América do Sul. Tordesilhas foi o necessário instrumento para materializar o encontro dos conquistadores no Hemisfério Sul. Como diria João Francisco Lisboa. "Naqueles tempos, nada se tinha por acabado e perfeito se a religião não consagrava". E o Papa, o pastor

do Universo, teria de decidir também sobre o destino das descobertas. Os povos cristãos consideravam a Santa Sé um tribunal de Paz Internacional e uma Corte Suprema. Sua competência estendia seus direitos individuais, sociais e políticos.

Quando Colombo descobriu a América, os reis católicos Fernando e Isabel obtiveram do Papa Alexandre VI, de nacionalidade espanhola, a bula "Inter Coetera", de 4 de maio de 1493: cem léguas a oeste das ilhas dos Açores e do Cabo Verde, partiria uma linha, do Pólo Antártico, doando as terras no rumo do ocidente dessas ilhas aos reis de Castela e Leão.

A Espanha ficava dona do mundo. D. João II, Rei de Portu-

gal, discordou. Fez proposta junto aos Reis Católicos e ao Papa Alexandre VI. Nova Bula papal, "Dudum Siquidem", em 1493 reafirmando a Bula anterior. Portugal considerava-se lesado; a própria justiça do Vaticano havia-lhe antes conferido terras e mares que agora se transferiam para os Reis de Castela, por Alexandre VI. O Papa Eúgênio IV, em 1493; assegurara aos portugueses as terras conquistadas aos infiéis. Nicolau V reconheceu todas as conquistas de Portugal na África. Sisto IV, em 1481, confirmara os direitos anteriores, e aprovou o Tratado de Alcáçova, entre Portugal e Espanha, concluído em 1479, confirmando que a Espanha era proprietária das ilhas Canárias, e Portugal, da Guiné e de outras ilhas descobertas ou por descobrir, das Canárias para baixo. Todo esse acervo político-diplomático ficaria perdido se os Reis de Castela e Leão continuassem beneficiários das bulas "Inter Coetera" e "Dudum Siquidem", de Alexandre VI.

A inconformação do reino luso foi demonstrada com aparato de guerra. Armou uma frota para assegurar direito nas regiões descobertas por Colombo. Agravando-se a questão, o Rei de Castela procurou uma saída política. D. João II manda, então, representantes para a Coroa Castelhana, onde se ajustou o Tratado de Tordesilhas, a 7 de junho de 1494. O novo instrumento desloca a linha da bula "Inter Coetera" para 370 léguas,

a partir das ilhas do Cabo Verde, em direção ao poente. Portugal, desde aí, empresta maior impulso ao seu brilhante e glorioso ciclo de descobrimentos marítimos, contorna o sul da África, vai às Índias, e descobre o Brasil. O pequeno reino lusitano estava dominado pela idéia de alargamento das fronteiras da Humanidade, como bem definiu Rui de Pina, o autor da Crônica Del Rei D. Diniz. O rei procura realizar grandes e novos feitos: enquanto o corpo habitava o reino para bem governar, o espírito andava sempre por fora, com vontade de o aumentar. E tantos foram os êxitos, que o Rei D. Manuel I, o Venturoso, conseguiu do Pontífice Júlio II a medida acauteladora, que foi a bula "Eá quae", em 1506, que proibiu a restauração da linha de Alexandre VI.

Está assim o mundo dividido em duas partes pelo Meridiano de Tordesilhas: o Hemisfério Ocidental, cabia à Espanha, e o Oriental, a Portugal. Desse meridiano, que corta pequena porção do território vizinho ao Atlântico, nasce o Brasil, diminuído e impreciso. Esbarram ou colidem nessa linha, apenas idealizada, os desejos, os interesses, as armas, as contendas diplomáticas, que assinalavam as duas presenças ibéricas na América do Sul, criando, depois de largo, difícil e complexo processo histórico, as nacionalidades representativas de Portugal e de Espanha.

O ponto norte de Tordesilhas foi o embrião da Amazônia. Ele haveria de deslocar-se, ampliar-se para ser estrela de primeira grandeza, no universo territorial do Norte. A História provou que Tordesilhas era um artifício. De logo perguntavam: de qual das ilhas de Cabo Verde partiriam as 370 léguas para oeste? Nem Portugal nem Espanha souberam dizer. O que valeu durante dois séculos e meio foi toda a sorte de artimanhas, de lado a lado, erros propositais nos cálculos astronômicos, soléncias, fraudes nos documentos, sofismas, ardis, mistificações. Portugal fazia incluir nos mapas falsas longitudes nas proximidades dos estuários do Amazonas e do Prata, para que a linha tordesilhana avançasse para oeste, em seu proveito. Pelos cálculos portugueses, o Meridiano de Tordesilhas teria início na foz do rio Oiapoque, indo até o Golfo de São Matias, na atual República da Argentina. Já as operações astronômicas dos espanhóis empurravam, cada vez mais para o mar, os seus incômodos vizinhos. A linha começava na foz do Parnaíba, findando no Rio de Janeiro.

Veio a reunião das Coroas de Espanha e Portugal, em 1580, e fatos importantes estavam acontecendo no Brasil. Os lusos já haviam ultrapassado o Meridiano de Tordesilhas, a marcha para o Oeste prossegue com maior impetuosidade. As Entradas e as Bandeiras devassariam grandes extensões do

Ocidente brasileiro. Durante o interregno da União Ibérica, efetuou-se o ato mais importante para o destino político da Amazônia: Pedro Teixeira, a quem costume chamar de o "Vasco da Gama do Amazonas", realiza a célebre viagem, subindo o rio-mar, em partida de Cameté, rio Tocantins, até o Napo. Jornada de ida e volta, entre os anos de 1637 e 1639. Às vésperas, assim, da emancipação portuguesa.

A propósito de Pedro Teixeira, lembro que, quando, há uns 10 anos atrás, exerci um cargo na Embaixada do Brasil em Lisboa, fui morar num bairro novo, no Restelo, atrás do antigo Ministério do Ultramar. A minha rua era chamada Rua Projetada. Propus ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa (que lá correspondia ao cargo de prefeito), o nome de Pedro Teixeira. E fiquei muito admirado que ninguém em Portugal conhecia Pedro Teixeira. Então, me propus, no Centro de Estudos da Marinha, fazer uma conferência sobre Pedro Teixeira, o que ele tinha representado, um dos grandes nomes da geografia da Humanidade, e, afinal, o Prefeito conseguiu uma lei da Câmara Municipal, dando o nome de Pedro Teixeira a essa rua. Ela lá está, e propus que tivesse os seguintes dizeres: "Rua Pedro Teixeira, conquistador do Amazonas", 1637 - 1639".

Pedro Teixeira chegou por terra a Quito, e foi recepcionado pelas autoridades espanholas. O

brasão português plantado na confluência do Aguaripe com o Napo, haveria de transcender aos tempos. Pedro Teixeira proporcionou aos futuros construtores da política de fronteiras amazônicas o título maior, o mais decisivo para incorporação à nacionalidade portuguesa de um verdadeiro império.

Portugal sempre dispensou ao extremo norte uma atenção que jamais arrefeceu. Quando percebe que ingleses, holandeses e irlandeses, a serviço de empresas comerciais, e com apoio de seus países, estabelecidos em feitorias, fortes de faxina, no estuário amazônico, comercializam com a população indígena, trata de afastar o perigo de uma permanência estrangeira, que poderia alegar, no futuro, títulos de posse útil. De São Luís do Maranhão, seguem unidades navais e tropas, que, sob o comando de Francisco Caldeira Castelo Branco, estabeleceram, em 1616, o Forte do Presépio, origem da cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Após 17 anos de luta, os povos invasores (considerados herejes, que serviam às idéias da Reforma) abandonaram definitivamente a região, onde haviam avançado até a foz do rio Xingu. O Conselho das Índias, em Madri, examinou com certo receio o fato de portugueses fundarem o Presépio. Mas a Espanha, exaurida pelas lutas de consolidação do seu vasto império, não possuía recursos ime-

diatos para co-participar das empresas.

Adianta o professor Artur César Ferreira Reis: "Em 1621, pelo aviso de 4 de novembro, decidiu-se em Madri desprezar as restrições que advinham de possíveis perigos de uma ação subterrânea dos luso-brasileiros contra os interesses da Espanha, confiando a eles a tarefa magnânime de subir o Amazonas, destruir a posição dos herejes, e criar o Império". Na verdade, a Amazônia nasceu para o dito mundo civilizado como terra de descobrimentos espanhóis. Em 1500, pouco antes de Cabral aportar nas costas da Bahia, Vicente Pinzon descobriu a boca do rio grande, onde admirou "o mar doce que sai 40 léguas no mar". Estava descoberta a foz do rio Amazonas, que Pinzon batizou de Santa Maria de la Mar Dulce. Poucos meses depois, outro compatriota, Diego de Lepe, chegaria ao estuário do rio Pará, ou, como dizem alguns, o braço sul do rio Amazonas, e então apareceram no Velho Mundo as primeiras cartografias do rio Grande de la Mar Dulce.

Mais para o lado dos Andes, viria até à planície, até à foz do grande rio, o espanhol Francisco Orelana, em descida memorável nos anos de 1540 e 1541, descrita às vezes fantasiosamente, criando o mito das "Amazonas" pelo cronista Frei Gaspar de Carvajal.

No ano de 1550, os espanhóis Pedro de Ossua e Lopo de

Aguirre palmilharam os mesmos caminhos fluviais, numa expedição marcada pelo patético, digna de uma tragédia shakespeariana. Lopo de Aguirre mata seu chefe, Pedro Ossua, apossa-se de sua mulher, proclama, em gesto de alucinação, um hipotético Principado, e ele próprio intitula-se de "El Peregrino, el Fuerte Caudillo de los Maranhões", um Macbeth das selvas. Se fosse possível fixar os cinco passos do descobrimento, do devassamento e da configuração política amazônica, dir-se-ia: Vicente Pinzon e Diego de Lepe: a aventura do deslumbramento do Mar Dulce. Francisco de Orelana: a aventura da revelação interiorana. Pedro de Ossua e Lopo de Aguirre: a aventura passionnal. Pedro Teixeira: a aventura da causa política. O Tratado de Tordesilhas ficaria como instrumento da ficção consentida; o Tratado de Madri, como o grande instrumento norteador.

Os portugueses aproveitaram bem o aviso de 4 de novembro de 1621, oriundo do Conselho das Índias, em Madri, uma espécie de carta branca para que os lusos varassem em todas as direções o território amazônico. O "Abre-te Sésamo" para navegar rios e desvendar segredos. Quando veio a emancipação de Portugal, no ano de 1640, a Amazônia era predominantemente portuguesa, apesar do Tratado de Tordesilhas (ainda vigente, porém mor-

to em sua realidade sócio-política).

A segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII são decisivas para a expansão luso-brasileira na Amazônia. A região era rica em "drogas do sertão", o sucedâneo das especiarias do Oriente. Havia numerosas coletividades indígenas, de cuja catequização iam encarregar-se os missionários religiosos, franciscanos da Província de Santo Antonio, jesuítas, mercedários, carmelitas, franciscanos da Conceição de Beira Minho, franciscanos da Piedade. A obra catequista ajudou a penetração e a fixação do Estado português. Sertanistas, militares, religiosos, em seus respectivos campos de ação, cumpriam missões previstas por Lisboa; uma delas, a de impedir, até pela força, qualquer intervenção espanhola. Tropas de resgate e tropas de guerra, inspecionando o alto rio Negro, descobriram o Canal de Cassiquiare, que une o Negro ao Orenoco, onde surpreenderam jesuítas espanhóis nunca esperando ver portugueses surgirem de tão ínvios e desconhecidos caminhos. No rio Madeira, os sertanistas amazônicos encontraram-se com bandeirantes famosos, João de Barros Guerra, Melo Palheta, Antonio Raposo Tavares, Manuel Felix de Lima e outros. Como que São Paulo de Piratininga unia-se à Amazônia, num esforço de criar as fronteiras do oeste brasileiro.

A movimentação luso-brasileira era de tal proporção, que assustou os jesuítas. Samuel Fritz, o primeiro grande cartógrafo da Amazônia, a serviço da Espanha, desceu o Amazonas e foi preso pelos portugueses, no Pará, em 1689. O padre havia exercido uma catequese mansa e pacífica no Alto-Solimões, e toda a área já se rendia ao domínio espanhol. Lisboa ordenou a recuperação missionária, com resguardo das armas, e a operação realizou-se com êxito. O padre inaciano, detido no Colégio dos Jesuítas, em Belém do Pará, aí traçou seu famoso mapa, até hoje motivo de nossa admiração. O padre Samuel Fritz escreveu, na ocasião: "As possessões que a partir do dito Meridiano de Tordesilhas, a demarcação que passa pela boca do rio de Vicente Pinzon, foram tomadas pelos portugueses em direção ao ocidente, são inválidas e nulas. Assim, eles usurparam o domínio, desde ali até o rio Negro".

Nas metades dos séculos XVII e XVIII assinalou-se o notável trabalho do Conselho Ultramarino em Lisboa, que certa vez chamei de "Paço Geopolítico". Aí surgiram valores novos, novos conceitos, novas maneiras de prever, de formular, de projetar e de planejar políticas em função da geografia. Um brasileiro, Alexandre de Gusmão, viria a pontificar nesse Conselho, assessorando o Rei D. João V na formação do Tratado de Madri.

Pode-se dizer que o Brasil, em sua essencialidade política, em sua imagem cartográfica, é produto dos estudos, do planejamento e da ação do Conselho Ultramarino. Juntando-se aos magníficos trabalhos do professor Jaime Cortesão sobre a formação territorial do Brasil, o professor Artur Reis, no particular da Amazônia, revela um planejamento oficial de Lisboa, não só em relação à conquista territorial e sua manutenção, através de fortes e de fortalezas, como também à valorização econômica da área, com projetos de agricultura e de pequenas indústrias.

Outras dificuldades, além dos espanhóis, enfrentaram os governantes portugueses. No ano de 1691, os franceses da Guiana já alimentavam o desejo de trazer suas fronteiras até o rio Araguari, e mesmo até a margem esquerda do rio Amazonas. Ocorreram choques armados no avanço dos franceses através do vasto território intitulado Capitania do Cabo Norte, pois, ainda na União dos Reinos Ibéricos, Felipe IV a doara ao português Bento Maciel Parente, e, após a restauração, D. João IV confirmara o ato. Propostas as negociações, destacaram-se três nomes portugueses na defesa dos títulos de seu país: Gomes Freire de Andrada, Francisco Xavier de Menezes (Conde de Ericeira), e Mendes de Poio Maiores. Tão importantes, justas e valiosas foram as razões evocadas, que

mais tarde, Joaquim Caetano e Rio Branco delas se valeram em suas admiráveis memórias.

Um tratado de 1700 foi estabelecido entre Portugal e França declarando neutralizada a área entre o Oiapoque e o Amazonas. Depois, em 1713, o Tratado de Utrecht declarou que a fronteira entre a Amazônia Portuguesa e a Guiana era o rio Oiapoque ou de Vicente Pinzon. A verdadeira letra do Tratado de Utrecht seria, intencionalmente, adulterada pelos franceses, que afirmavam que o rio Araguari era o rio Oiapoque ou de Vicente Pinzon. O caso, no futuro, traria complicações ao Brasil independente. Os luso-brasileiros, em represália à invasão de Junot no território de Portugal metropolitano, em 1808, ocuparam, por decisão de D. João VI, no Rio de Janeiro, a Guiana Francesa. O Tratado de 28 de agosto de 1817, entre Portugal e França, determinou a restituição. Assim, a antiga Capitania do Cabo Norte tornou-se uma área de fricção política bastante viva, com um parceiro estranho ao Tratado de Tordesilhas, cuja caducidade legal, depois do ajuste de Utrecht, em 1713, estava tacitamente declarada, reconhecendo a fronteira lusa até o Oiapoque.

Os estudos históricos sobre a fase de expansão territorial dos luso-brasileiros levam a conclusão de que existiu (volto de novo ao tema) uma política definida de criar um espaço bra-

sileiro segundo a configuração geográfica do mito da Ilha Brasil, difundido pelos indígenas. Seria uma espécie de Austrália sul-americana, vastíssimo território situado entre o Atlântico e as Bacias do Amazonas e do Prata, ligadas por uma série de lagos. Jaime Cortesão, em suas admiráveis aulas proferidas no Instituto Rio Branco, no Itamaraty, e, depois, no seu livro *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, deu consistência histórica a essa tese. No momento em que Portugal e Espanha sentam-se à mesa das negociações para solucionar os problemas de fronteira em suas possessões na América do Sul, o Brasil, particularmente a Amazônia, já estava, por assim dizer, constituído pelo "uti possidetis" resultante da grande marcha luso-brasileira de 250 anos após o Tratado de Tordesilhas. Alexandre de Gusmão foi o hábil e competente manejador das negociações. Ele possuía profundos conhecimentos políticos e geográficos da área em questão. Recebia minuciosas informações do Brasil sobre todos os passos dos luso-brasileiros na irradiação colonizadora. O Tratado de Madri, assinado em 13 de janeiro de 1750, consagrou o princípio do "uti possidetis", que foi a grande vitória portuguesa, introduzido por Alexandre de Gusmão. Como os portugueses estabeleceram-se nos pontos mais remotos do território amazônico, e Pedro Teixeira levava os padrões lusos ao Napo, fica-

ram donos da autêntica região continente.

O notável estatuto de 1750 sofreu, porém, grandes resistências, sobretudo dos jesuítas espanhóis, que não se conformavam com a perda, para Portugal, do Território das Missões. Os próprios espanhóis deploravam uma Colônia do Sacramento sob jurisdição portuguesa. Com a subida ao trono espanhol de Carlos III, os opositoristas encontraram meios de convencê-lo a repudiar o pacto. A 12 de fevereiro de 1761, D. José I (novo Rei de Portugal) e D. Carlos III, pelo Tratado de El Pardo, cancelaram o Tratado de Madri. Voltava-se aos limites indefinidos. Veio, então, a guerra entre Espanha e Portugal, em 1762, e na América do Sul acentuou-se o espírito de luta. Os espanhóis tomaram a Colônia do Sacramento e nessa ocasião arrasaram totalmente as edificações, os fortes, no intuito de que ali os portugueses não tivessem mais nenhum ponto de apoio, ou nenhum interesse político em firmar sua soberania. Em Santo Ildefonso, a 1º de outubro de 1777, os dois países (Espanha e Portugal) assinaram, então, um novo ajuste, no qual se encontram os princípios fundamentais do Tratado de Madri. Poucas diferenças existem entre o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso, exceto em relação à Colônia do Sacramento e ao Território das Missões, que passaram ao domínio da Espanha. Na Amazônia, as regras de 1750

permaneceram imunes. E assim continuariam por mais de um século, pois que o Tratado de Badajoz, em 1801, por imposição da Espanha aliada a Napoleão Bonaparte, anulou o Tratado de Santo Ildefonso. Dentro dessas condições de vacância política, no que diz respeito a fronteiras, o Brasil e os países de origem espanhola entraram na fase de sua independência das antigas metrópoles. Com uma ou outra dificuldade a vencer, eles chegaram a acordo. E o Tratado de Madri, com pequenas variantes (principalmente no Sul), sempre inspirou os negociadores das novas nações da América do Sul.

Para completar, na Amazônia, o processo de sua formação territorial, três casos viriam marcar, na época republicana, a história regional com vivos acontecimentos. O país esteve à beira de conflito internacional, enfrentando momentos de intensidade política e tensão diplomática. França, Inglaterra e Bolívia foram os adversários desses episódios que significavam o desfecho final na formação das fronteiras amazônicas.

O caso da Guiana é singular. Porque a Inglaterra, em suas reclamações, não apresentava nenhum título anterior a 1840, quando súditos britânicos iniciaram sorrateira penetração em áreas reconhecidamente de títulos luso-brasileiros, e em poder efetivo de brasileiros. O Governo da Grã-Bretanha é instigado por um alemão naturaliza-

do inglês, Robert Schonbruck, que, a pretexto de estudos, passa pelas terras do Império Brasileiro, chega ao Forte de São Joaquim, no rio Negro (onde obtém boa acolhida), e vai ao rio Tacutu (onde se extasia com a beleza natural, e fica surpreso com as atividades dos brasileiros). Escreve para Londres denunciando o procedimento desumano dos brasileiros com os indígenas, segundo a sua ótica, e pede a vinda de missionários anglicanos. Schonbruck acabou expulso do nosso território por ordem do Presidente da Província do Pará, General Soares Andréa. Armara-se o conflito. O Governo britânico ordena ao governador da Guiana para intimar os brasileiros a se retirarem da área do Pirara. O Governo Imperial procura resolver o caso por via diplomática. No entanto, só na República, pelo Tratado de Arbitramento, de 6 de novembro de 1901, as duas partes acordam em eleger o Rei da Itália como juiz. O advogado brasileiro, Joaquim Nabuco, produz notável memória, em 18 volumes de texto, mapas e documentos, com mais de 2.000 páginas, escritas do próprio punho, revestidas do seu estilo, do seu pensamento, da sua eloquência, segundo palavras de sua filha e biógrafa, Carolina Nabuco. Lamentavelmente, o Rei da Itália preferiu usar a justiça de Salomão, dividindo ao meio o território contestado, com algumas vantagens para a Inglaterra. A decisão, claramente injusta, re-

percutiu desfavoravelmente ao soberano da Itália, através de artigos, livros, pareceres dos maiores juristas europeus. O Brasil, naturalmente, acolheu, como devia acolher, aceitando integralmente o resultado da arbitragem. -

Com a França, o Brasil teve que sustentar, em torno do Amapá, antiga Capitania do Cabo Norte, uma grave questão. Como já se viu, eram antigas as pretensões da França para chegar ao rio Araguari ou ao rio Amazonas. Durante o regime colonial, verificaram-se várias escaramuças, e a própria presença do belo, poderoso para a época, Forte de Macapá, evidencia as preocupações lusas diante dos planos franceses vindos de Caiena. A França partia da cavilosa interpretação do Tratado de Utrecht, em que fora decretada a fronteira no rio Oiapoque ou de Vicente Pinzon. Ora, os franceses consideravam o Vicente Pinzon ora no Calçoene, ora no Araguari e ora no Amazonas. Os franceses incursionavam pela área, de certo, para alegarem títulos. No fim do século XVII, D. Francisco Inocêncio Souza Coutinho teve de sustar essas incursões e chegou a propor a Lisboa a conquista de Caiena, o que não foi aceito. Em 1836, o governador de Caiena ocupou áreas do rio Amapá. O Governo Imperial e a França, então, acordaram, em 1841, neutralizar o território posto em dúvida, entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno. Mas a

França, depois, voltou a reivindicar a fronteira no rio Araguari. Aproveitando-se da confusão, aventureiros internacionais, em 1885, proclamaram a fictícia República do Cunani, cuja soberania territorial ia do Oiapoque ao Araguari. Um francês, Jules Groi, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, foi nomeado presidente. Nessa época, na França, em que proliferava copiosa literatura sobre o Amapá, teve relevo a obra monumental do brasileiro Joaquim Caetano da Silva, *L'Oiapoc et l'Amazon*, em 2 tomos, destruindo ponto por ponto as alegações francesas. A seguir, em 1841, o brasileiro Veiga Cabral (o Cabralzinho) resiste, no rio Amapá, ao desembarque de pequena força francesa, matando seu comandante, Capitão-Tenente Linieu. Por fim, a 10 de abril de 1897, Brasil e França assinam um acordo optando pela arbitragem. A Suíça seria o juiz. O Barão do Rio Branco, advogado do Brasil, vindo do pleito vitorioso com a Argentina, repete gloriosamente o trabalho. Em duas excepcionais memórias, apresentou as razões brasileiras, aceitas, integralmente, a 1º de dezembro de 1900, pelo presidente da Confederação Suíça. Permaneceu válida a fronteira estabelecida no Tratado de Utrecht.

O Acre, o último Oeste, na fase de Cassiano Ricardo, foi o episódio mais vibrante, mais difícil, mais complexo e de maior intensidade dramática que vi-

vemos como país independente. Estivemos à beira de duas guerras, com a Bolívia e com o Peru. O processo histórico, social e político em que mergulhou a questão do Acre vem do Tratado de Madri, que estabeleceu a linha Madeira-Javari, na região que as próprias metrópoles, em 1750 declaram estar às cegas. Dessa ignorância partem fatos que conduzem a destinos surpreendentes. O Tratado de Santo Ildefonso repete a mesma linha do Tratado de Madri. Países independentes, Brasil e Bolívia, através do Tratado de Ayacucho, firmado em 1867, fixa uma nova linha. Da foz do Beni, para o oeste, por uma reta tirada da margem esquerda até encontrar as nascentes do Javari. Durante o Império, comissões especiais tentaram a demarcação. O primeiro ponto da linha foi estabelecido: o Beni era fácil. Mas no Javari, rio obscuro, ainda inacessível em seu curso superior, com fama de doenças e de índios ferozes, as tentativas para alcançar suas nascentes fracassaram. Saber a posição astronômica da verdadeira nascente do rio, era, no fim do século passado, um dos maiores enigmas da geografia. A linha do Ayacucho poderia oscilar mais para o norte ou mais para o sul. O que seria brasileiro? O que seria boliviano? O atrativo da borracha (riquíssima no Acre e cotada em altos preços nos mercados internacionais), a direção dos rios (favorável à penetração brasileira), a ausência

completa de bolivianos na região (só percorrida pelos índios), tudo facilitava a marcha de amazonenses, paraenses, maranhenses e dos nordestinos, com o Ceará à frente (nordestinos abandonando seus lares), destruídos pelas grandes secas). No fim do século XIX havia cerca de 80 mil brasileiros na região acreana.

Quando a Bolívia desperta para essa realidade demográfica, já o Acre estava ocupado por brasileiros, em posse útil, produtiva, exportando milhares de toneladas de borracha da melhor produzida no vale. Isto representava 46% da renda do Estado do Amazonas, que estendia até lá sua jurisdição. Só depois de o cientista Luiz Cruls, diretor do Observatório Nacional, revelar, em agosto de 1901, em uma viagem extremamente penosa no Javari, a exata nascente desse rio, é que a Nação teve a cruel certeza de que o território descoberto, desbravado, ocupado produtivamente por brasileiros, era boliviano. A linha Beni-Javari, ao contrário das expectativas nacionais, deslocava-se mais para o norte. Seriam estrangeiros os nossos patrícios que haviam fundado centenas de lares nos imensos seringais à beira dos rios. Essa realidade proporcionou o que se convencionou chamar de Revolução do Acre: quatro movimentos locais, dois golpes brancos e dois golpes de sangue, aos quais esteve inteiramente alheio o Governo Federal, ao contrário

do Governo do Amazonas, que sempre ajudou os sediciosos.

Estabelecida em 1898, de acordo com o Governo brasileiro, a alfândega boliviana no rio Acre, a 1º de maio de 1899, os brasileiros acreanos, liderados por um advogado cearense, José de Carvalho, tomaram, sem um tiro, o lugar Puerto Alonso, depondo a delegação da Bolívia. A seguir, veio a singular República do Acre, aventura do espanhol Luiz Galvez Rodriguez de Arias, que, armado e protegido pelo Governador do Amazonas, Ramalho Júnior, apossou-se de Puerto Alonso (onde não havia mais bolivianos), proclamando a 14 de julho de 1899 a República do Acre, da qual se fez presidente. O Governo brasileiro cessou-a, a 13 de março de 1900, por intermédio de um aviso da Marinha de Guerra. O território foi de novo ocupado pelos bolivianos. Em dezembro de 1900, partiu de Manaus a expedição dos poetas, organizada por jornalistas e intelectuais, da capital amazonense, com o apoio do Governador Silvério Neri. A expedição sofreu derrota dos bolivianos, depois de alguma luta nas cercanias de Puerto Alonso. O Governo do Amazonas não desejava perder a grande fonte de recursos financeiros da borracha acreana: era o "eldorado" do tesouro amazonense. O Governador Silvério Neri fornece dinheiro e armas para o movimento que eclodiu sob a chefia competente de Plácido de Castro, ex-aluno do Colégio

Militar de Porto Alegre, que, de agosto de 1902 a janeiro de 1903, sustentou, com batalhões de seringueiros, vários combates, de Xapuri a Puerto Acre, ex-Puerto Alonso, onde impôs a derrota final às forças regulares do Exército boliviano.

O Tratado de Petrópolis, em novembro de 1903, admiravelmente arquitetado pelo Barão do Rio Branco, trouxe a paz com a Bolívia, mediante a compra do território e troca de pequenos trechos de terras no Estado de Mato Grosso. Constituiu-se o Acre como território federal. Para culminar, Rio Branco encetou difíceis e longas negociações com o Peru, ocasião em que, por um triz, não chegamos a uma guerra. O país andino, alegando títulos coloniais caducos, como o do Tratado de Santo Ildefonso, reivindica todo o Alto-Juruá, o Alto-Purus, numa imagem absurda que se acrescia até de Lábrea no Médio-Purus. Em setembro de 1909, seis anos depois de Petrópolis, o Brasil as-

sina tratado com o Peru. Rio Branco, o grande Chanceler, co-roava, brilhantemente, sua obra diplomática no Sudoeste amazônico. O último ato da formação das fronteiras no Norte brasileiro.

Todo esse processo de três séculos da História inscreve-se entre as páginas mais brilhantes de empresas humanas à procura de espaços desconhecidos. Portugal planejou, com sabedoria, e executou, com competência, essa expansão. Os brasileiros souberam ser dignos da herança recebida e arremataram a obra com a mesma inteligência e o mesmo estoicismo.

Joaquim Nabuco, esse extraordinário Joaquim Nabuco, depois de estudar a problemática a si entregue para defender o Brasil no pleito contra a Inglaterra, escreveu, na introdução de sua Memória: "Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do vale do Amazonas".

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e a CREDICARD S.A.

Administradora de Cartões de Crédito
comunicam acordo
estabelecido entre si, através do qual
a Caixa Econômica Federal
se associa ao Sistema Credicard.

Assim sendo,
a Caixa Econômica Federal coloca
mais próximo dos seus 25 milhões de
clientes o mais completo e avançado
cartão de crédito do Brasil.

Da mesma forma, a Credicard tem a
oportunidade de contar com uma das
mais tradicionais e representativas
instituições financeiras do País,
colocando à disposição
de seus 1 milhão 150 mil associados
as mais de 2 mil agências da
Caixa Econômica Federal.

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

CREDICARD

